

**A qualidade do conteúdo da Agência Brasil/EBC:
avaliação dos requisitos “diversidade”, “pluralidade”
e “cobertura de políticas públicas” ***

**La calidad del contenido de Agência Brasil/EBC:
evaluación de los requisitos “diversidad”, “pluralidad” y
“cobertura de políticas públicas”**

**Quality of Agência Brasil/EBC content: evaluation
of the requirements “diversity”, “pluralism” and
“coverage of public policies**

Josenildo Luiz Guerra

Doutor, professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju - Brasil.
E-mail: jl_guerra@uol.com.br

Rogério Christofolletti

Doutor, professor e pesquisador do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
E-mail: rogerio.christofolletti@uol.com.br

Maria José Baldessar

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis – Brasil.
E-mail: mbaldessar@hotmail.com

Samuel Pantoja Lima

Doutor em Mídia e Teoria do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2005. Professor e pesquisador da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. É professor visitante do curso de jornalismo da UFSC, em Florianópolis (SC).
E-mail: samuca13@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma avaliação da qualidade editorial da Agência Brasil (AB), agência de notícias da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), realizada com base em três requisitos: diversidade de conteúdo, pluralidade de vozes e existência de cobertura sobre políticas públicas. Além de gerar um diagnóstico inicial sobre o noticiário da agência, a pesquisa visa também testar a metodologia empregada para a avaliação a fim de detectar possíveis insuficiências ou limitações que possam ser aperfeiçoadas para eventual incorporação numa política de avaliação de qualidade de organizações jornalísticas. Como resultados, o artigo apresenta as deficiências encontradas na cobertura da AB, analisa a viabilidade da metodologia para uso regular na avaliação da qualidade editorial de organizações jornalísticas e sugere mecanismos de gestão editorial para alcançar resultados melhores.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo – Qualidade – Agência Brasil – Jornalismo On Line

RESUMEN

El artículo presenta una evaluación de la calidad editorial de Agência Brasil, agencia de noticias de la Empresa Brasil de Comunicação (EBC), realizada en base a tres requisitos: diversidad de contenido, pluralidad de voces y la existencia de cobertura sobre políticas públicas. Además de generar un diagnóstico inicial sobre el noticiero de la agencia, la investigación también tiene como objetivo probar la metodología empleada para la evaluación a fin de detectar posibles insuficiencias o limitaciones que puedan ser mejoradas para una eventual incorporación en una política de evaluación de la calidad de las organizaciones periodísticas. Como resultados, el artículo muestra las deficiencias encontradas en la cobertura de la agencia, analiza la viabilidad de la metodología para su uso regular y evaluación de la calidad editorial como organización periodística. Asimismo, sugiere mecanismos de gestión editorial para alcanzar resultados mejores.

PALABRAS CLAVE

Periodismo – Calidad – Agência Brasil – Periodismo em linha

ABSTRACT

This paper brings an evaluation of the editorial quality of Agência Brasil, a news agency of Brazil Communications Company (Empresa Brasileira de Comunicação, or EBC), held on three requirements: content diversity, plurality of voices and the coverage of public policies existence. Besides generating an initial diagnosis of the agency news, the research also aims to test the methodology used, in order to detect possible weaknesses or limitations that could be improved for its incorporation into policies of news organizations quality evaluation. The paper presents the deficiencies found in the coverage of the agency, analyzes the viability of the use of the methodology to evaluate the journalistic organizations editorial quality, and suggests mechanisms of editorial management to achieve better results.

KEYWORDS

Journalism – Quality – Agência Brasil – On Line Journalism

1 - Introdução

*Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa "Avaliação de Qualidade na Agência Brasil: Condições de produção, Interfaces para o público e Monitoramento de reportagem", desenvolvida entre outubro de 2011 e março de 2012, com financiamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Colaboraram com esta pesquisa os estudantes Pedro Rocha, Liliâne Nascimento Santos, Eugênio Cony Cidade, Lara Silvério Naves, Joice Balboa, Stephanie Pereira, Gabriel Luis da Rosa, Diego Cardoso, Marília Labes e Thiago Moreno."

Poucas são as garantias oferecidas por organizações jornalísticas - públicas ou privadas - aos seus consumidores acerca da precisão, diversidade, pluralidade e relevância, entre outros requisitos desejáveis para a notícia de qualidade. A "qualidade" do que é entregue à sociedade, não raro, sustenta-se sobre uma "credibilidade presumida", tipo de confiança aferida por métodos "não científicos, ou 'de uso cotidiano'" (Sordi, Meireles e Grijo, 2008, p. 172). Se os produtores privados de conteúdo jornalístico tem a "credibilidade presumida" a seu favor, a Agência Brasil (AB), da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), tem um "pecado original" que institui uma "falta de" credibilidade presumida, marcada principalmente pela imagem de empresa "chapa branca" (Bucci, 2008). Se, normalmente, é concedida aos veículos não estatais uma confiabilidade até que se prove o contrário, em relação à AB impera uma lógica inversa: é preciso convencer que se está fazendo – ou tentando fazer – o trabalho certo.

Mas, não apenas o histórico age contra a AB. Recentes episódios tanto de erros na apuração, como o caso da Favela Pinheirinho (Agência Brasil reconhece erro em notícia sobre mortes no Pinheirinho, 2012), quanto de denúncias de ingerência política em decisões editoriais, como o caso do Ministério da Educação em matéria sobre a greve dos professores das universidades federais (Jardim, 2012), comprometem a imagem da instituição tanto junto aos demais meios de comunicação quanto à própria opinião pública.

É nesse cenário que uma política arrojada de qualidade editorial pode reverter o descrédito em credibilidade, não "presumida", mas sustentada por indicadores elaborados e aplicados em avaliações regulares do seu produto noticioso.

Este trabalho apresenta uma metodologia de avaliação de qualidade, aplicada experimentalmente ao conteúdo informativo da Agência Brasil. Um dos objetivos é fazer um diagnóstico inicial sobre os itens avaliados. Entretanto, o mais importante é apresentar a metodologia empregada e avaliar a sua pertinência técnico-científica para incorporação dentro de uma política de qualidade da EBC que possa ser implantada pela própria agência ou por grupos externos interessados em avaliar a sua qualidade editorial e até mesmo de veículos privados. A metodologia testada é simples, pois o objetivo é destacar sua sistemática de aplicação. Mas, o refinamento e a ampliação dos indicadores são necessários, o que já está sendo trabalhado pela equipe de pesquisa para experiências futuras.

2 - A avaliação de qualidade no jornalismo

Embora o tema qualidade sempre esteja em voga quando se analisa o jornalismo, a discussão teórica e a avaliação sistemática das organizações e de seus produtos são incipientes. Em alguns casos, existem modelos de avaliação de procedimentos profissionais, em outros,

avaliações de produtos e de postura organizacional, ou ainda, o esforço de sistematização teórica que vai construindo um acervo ainda precário, mas que a cada nova contribuição dá um passo rumo à consolidação teórica da área (Andi, 2009; ICMIPA, 2007; Sordi, Meirelles e Grijo, 2010; Pinto e Marinho, 2003; Jornet, 2006; Meyer, 2007; Guerra, 2010a e 2010b; Sordi, Meirelles e Grijo, 2010).

Um processo de avaliação de qualidade requer elementos básicos: a definição de um conjunto de requisitos a se alcançar; a implementação de processos adequados à produção com os requisitos desejados; um sistema contínuo capaz de monitorar em que medida os processos estão efetivamente gerando os resultados esperados; e, finalmente, mecanismos de correção de falhas e de desenvolvimento de melhorias para processos e produtos.

O esforço para a qualidade engloba três dimensões organizacionais: os compromissos e a estrutura organizacional, os processos de produção e os produtos (Guerra, 2010b). Num processo avaliativo é preciso considerar se: (1) estão os compromissos editoriais e as condições materiais (infraestrutura) e formais (sistema de normas interno) que credenciam a organização a apresentar-se como comprometida com a qualidade; (2) estão os processos de produção, devidamente estruturados e implementados, que demonstram na prática como a organização opera para atingir os compromissos firmados no âmbito da primeira dimensão; (3) está a análise dos produtos gerados de forma a aferir se estão em conformidade com os compromissos firmados e as especificações dos processos de produção. É nesta terceira dimensão que a metodologia e a avaliação aqui descritas estão situadas. Uma organização só será exitosa em seu desafio da qualidade, entretanto, se conseguir articular seus esforços nas três dimensões.

Para se entender a dinâmica de avaliação de qualidade de qualquer produto, são importantes quatro conceitos: requisitos, indicadores, padrões e conformidade/não conformidade. De forma sintética, eles podem assim ser definidos:

- **requisitos:** “necessidade ou expectativa que é expressa, geralmente, de forma implícita ou obrigatória” (cf.: ABNT NBR ISO 9000:2005, p. 8);

- **indicadores:** é o mecanismo (procedimento e unidade) de medição do grau de conformidade do produto ao requisito (cf.: Paixão *apud* Miranda, Diamantino e Souza, 2009, p. 67);

- **padrões:** é referência que indica o nível esperado de conformidade e de não conformidade entre o objeto da avaliação e os requisitos pretendidos (cf.: Martins *apud* Miranda, Diamantino e Souza, 2009, p. 68);

- **conformidade e não conformidade:** atendimento e não atendimento, respectivamente, do requisito pelo produto (cf.: ABNT NBR ISO 9000:2005, p. 15);

A compreensão global da análise de qualidade para organizações jornalísticas deve partir do entendimento do que é qualidade: “o grau no qual um conjunto de características inerentes [do produto] satisfaz a requisitos” (ABNT NBR ISO 9000:2005, p. 8). Se o produto oferecido pela organização está ou não em conformidade com as expectativas que se têm

em relação a ele (para uma análise teórica do conceito de qualidade, histórico e abordagens, ver Slack, Chambers e Johnston, 2007; Paladini, 2007; Carvalho, 2005).

As expectativas da audiência – ou requisitos do cliente, expressão própria da área de gestão da qualidade – são divididas em quatro categorias pela norma ABNT NBR ISO (9001:2008), para a qual a “organização deve determinar”:

- a) os requisitos especificados pelo cliente, incluindo os requisitos para entrega e para atividades de pós-entrega; b) os requisitos não declarados pelo cliente, mas necessários para o uso específico ou pretendido, onde conhecido; c) requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis ao produto, e d) quaisquer requisitos adicionais considerados necessários pela organização. (ABNT NBR ISO 9001:2008, p. 7)

Não se pode interpretar que a noção de qualidade acima expresse, no caso do jornalismo, uma simples concessão ao gosto da “audiência”, como pode estar sugerido no item (a). Em (b), por exemplo, fica claro que um produto ou serviço deve atender ao uso específico ou pretendido, mesmo que não declarado pelo cliente. Além disso, em (c), há normas estatutárias e regulamentares que precisam ser levadas em consideração.

As expectativas contidas no item (b) podem ser expressas, de forma sintética, a partir das contribuições de Norris & Odugbemi (2008, p. 30-32) e Canela (2007), pelos papéis essenciais que o jornalismo cumpre – ou deveria cumprir – nas sociedades democráticas:

- acompanhar e fiscalizar os poderes executivo, legislativo e judiciário constituídos, a fim de promover ampla visibilidade às questões que naquelas instituições importam;
- atuar como instituição central no sistema de freios-e-contrapesos dos regimes democráticos, colaborando para que os governos (mas também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsáveis (accountable) na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- contribuir para o agendamento de temas prioritários de importância pública e política;
- promover a pluralidade de pontos de vista envolvidos na discussão dos mais diversos assuntos;
- informar, de maneira contextualizada, os cidadãos e cidadãs de tal forma que estes possam participar de modo ainda mais ativo da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos.

Os requisitos expressos no item (c) são necessariamente derivados dos papéis expressos nos requisitos do item (b). Nesse sentido, eles especificam aspectos legais que reforçam ou detalham as diretrizes ético-políticas que definem o jornalismo como instituição social nas sociedades democráticas. No caso da Agência Brasil, há uma legislação própria, além de estatuto e regimento internos.

A partir deste recorte, foram selecionados três requisitos que representam, de forma

abrangente, as pretensões jornalísticas da EBC/AB. Eles foram extraídos do Regimento Interno (Regimento Interno da EBC, deliberação COADM nº 002/2012, de 10/01/2012), especificamente, do Art. 31, incisos III, IV e V, que trata das competências da Diretoria de Jornalismo:

III– **tratar as políticas públicas de interesse da população** na programação jornalística dos veículos públicos da EBC, debatendo-as e esclarecendo-as, contribuindo para ampliar o acesso à informação e a formação crítica do cidadão;
IV–promover o debate de temas e assuntos de interesse nacional, observando grau de **pluralidade política, social e ideológica da sociedade brasileira**;
V- propõe a adoção de novas técnicas e tecnologias com vistas ao aumento da qualidade e da **diversidade dos conteúdos jornalísticos**, observadas as diretrizes da Secretaria-Executiva sobre tecnologia da informação e da comunicação e da Diretoria-Geral sobre convergência tecnológica e novas mídias;

3 - Metodologia e avaliação de qualidade do produto

O noticiário da AB será avaliado então a partir de três requisitos, extraídos daquelas competências da diretoria de jornalismo prevista no Regimento Interno da EBC:

a cobertura de políticas públicas de interesse da população, a partir da oferta de debates e de informação: requer que o noticiário dê conta de assuntos relativos a políticas públicas;

pluralidade política, social e ideológica da sociedade brasileira na cobertura dos temas de interesse público [por consequência, das políticas públicas]: requer que o noticiário dê conta de uma visão plural, com pontos de vista múltiplos sobre os assuntos em pauta;

diversidade dos conteúdos jornalísticos: requer que o conteúdo apresente variedade e equilíbrio relativo dos assuntos em pauta. Por “equilíbrio relativo” deve-se entender a justificada predominância de certos assuntos sobre outros, motivada por razões conjunturais, por exemplo.

A metodologia de avaliação de qualidade empregada tem como técnica básica para produção dos dados a Análise de Conteúdo,

“um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. (Bardin, 1979, p. 42)

1- As notícias da rubrica “Internacional” foram excluídas por não serem conteúdo produzido diretamente pela equipe da Agência Brasil, mas de agências internacionais. O objetivo do trabalho teve foco no conteúdo produzido diretamente pela AB.

A coleta de dados foi realizada em duas semanas do mês de novembro de 2011 – excluindo-se aquelas que continham feriados. O período de análise foi: 06/11 a 12/11 e 20/11 a 26/11 de 2011. Do total de 868 matérias publicadas nesse interstício, foram excluídas 130 da rubrica “Internacional”¹, 22 por perda (por razões diversas, esses dados não foram processados) e duas de artigos do ouvidor publicados no espaço de notícias. Restaram então 714 matérias (ou notícias, aqui tratadas como sinônimo) que constituíram o universo amostral de pesquisa.

Todas as matérias publicadas durante a coleta de dados foram avaliadas com base em duas unidades de análise: a rubrica e a retransmissão. Por rubrica, entende-se uma terminologia que delimita um assunto. Por retransmissão, entende-se a expressão que nomeia uma matéria. A pesquisa ampliou ligeiramente este conceito, para caracterizar, além de uma matéria relacionada a um fato, um conjunto possível de matérias com ligação ao fato original.

A AB utiliza doze para categorizar seus conteúdos: Cidadania, Economia, Educação, Justiça, Meio ambiente, Política, Saúde, Nacional, Esporte, Cultura, Pesquisa & Inovação e Internacional (excluída deste estudo). Às vezes, a agência aplica mais de uma rubrica a suas matérias. A pesquisa, entretanto, usou apenas uma por unidade de informação. Quando diante de uma matéria com duas rubricas, a equipe avaliava qual temática era mais ligada ao assunto e secundariamente escolhia a rubrica que tinha menor número de inserções, a fim de que o resultado pudesse privilegiar a diversidade de abordagens disponíveis.

A avaliação pretendeu estabelecer uma comparação simples entre requisitos de qualidade pretendidos pela EBC/AB com o resultado efetivamente obtido, isto é, as matérias publicadas. A seguir, passaremos à análise do requisito “diversidade de conteúdos” e na sequência dos requisitos “pluralidade” e “políticas públicas”, avaliados conjuntamente.

3.1 – Análise do requisito “diversidade de Conteúdo”

Para o requisito diversidade de conteúdo, os indicadores e padrões foram os apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Requisitos, indicadores e padrões aplicados na análise da ABr

Requisito	Indicador	Padrão
Diversidade de Conteúdo	Número de Matérias por Rubrica	- Padrão de Posição Global (PPG) - Rubrica: nenhuma rubrica pode conter mais do que 20% do total de matérias produzidas no período de análise considerado;
		- Padrão de Posição Relativa (PPR) - Rubrica: a partir do ranking sobre a quantidade de matérias por rubrica, a diferença máxima entre uma rubrica e outra imediatamente vizinha no ranking não pode ser superior a cinco pontos percentuais.
	Número de Matérias por Retranca	- Padrão de Posição Global (PPG) – Retranca por total de matérias: nenhuma retranca pode conter mais do que 2% do total de matérias produzidas no período de análise considerado;
		- Padrão de Posição Global (PPG) – Retranca por Rubrica: nenhuma retranca pode conter mais do que 5 % do total de matérias produzidas no período de análise considerado dentro da rubrica a qual pertence;

Para ambos os indicadores do requisito “diversidade de conteúdo” não foi definido um padrão rígido de referência, a partir do qual se pudesse estabelecer qual o nível de qualidade da cobertura. Aceitou-se uma margem de tolerância para a definição do padrão, que leve em conta o “equilíbrio relativo” entre os temas para respeitar eventuais diferenças de ênfase em determinados assuntos, decorrentes de um determinado contexto. Adotou-se um critério de simples aplicação, que tem uma função ilustrativa sobre o perfil de cobertura e, apenas secundariamente, sugerir possíveis desconformidades entre o noticiário produzido e o requisito “diversidade de conteúdo” pretendido. O objetivo é deixar clara a sistemática de aplicação do método para a avaliação de qualidade desta orientação editorial.

A análise se inicia a partir da Tabela 1, que conta o número de matérias por rubrica.

Tabela 1: Avaliação de Qualidade do requisito Diversidade de Conteúdo pelo indicador Número de Matérias por Rubrica tendo como parâmetro o Padrão de Posição Global (PPG) e o Padrão de Posição Relativa (PPR)

Rubrica	Matérias		Avaliação de Qualidade	
	No.	%	Padrão de Posição Global*	Padrão de Posição Relativa**
1. Economia	192	26,89	Não conforme	Conforme
2. Nacional	158	22,13	Não conforme	Não conforme. Diferença entre posições 2 e 3 e 3 e 4 é > 5 pontos percentuais
3. Política	98	13,73	Conforme	
4. Meio Ambiente	61	8,54	Conforme	
5. Justiça	60	8,40	Conforme	Conforme
6. Saúde	51	7,14	Conforme	Conforme
7. Cidadania	31	4,34	Conforme	Conforme
8. Educação	27	3,78	Conforme	Conforme
9. Cultura	15	2,10	Conforme	Conforme
10. Esporte	12	1,68	Conforme	Conforme
11. Pesq. e inovação	9	1,26	Conforme	Conforme
Total	714	100%	Conforme	Conforme

* Nenhuma rubrica pode conter mais do que 20% do total de matérias produzidas no período de análise considerado;

** A diferença máxima entre uma rubrica e outra imediatamente vizinha no ranking não pode ser superior a cinco pontos percentuais.

Economia corresponde, sozinha, a mais de 1/4 de todo o material publicado no período. As três rubricas mais usadas, do total de 11, somam 62,75%. Há, portanto, uma concentração significativa nesse grupo de conteúdos em oposição ao pretendido pelo requisito, que é a oferta de conteúdo diversificado.

Numa análise menos formal da questão, a qualidade pode ser problematizada a partir de algumas perguntas: a distribuição do conteúdo revelada pelo indicador “número de matérias por rubrica” representa adequação ao projeto editorial pretendido pela AB? A discrepância entre os números sugere algum descompasso? Será que a relação do número de matérias da rubrica Economia com os números das rubricas Educação e Saúde respeita a relação de relevância dessas áreas na atual conjuntura do país? Essas perguntas lançam provocações em relação ao padrão pretendido pela AB.

As 714 matérias foram reunidas em 223 retrancas, expressão utilizada para nomear uma matéria ou conjunto de matérias relacionado ao mesmo fato. A Tabela 2 agrupa as dez mais frequentes, cujos percentuais partem da ordem dos 2%. Juntas, as dez retrancas totalizam 210 matérias, 29,4% do total. Pelo menos seis delas têm perfil altamente conjuntural, isto é, um momento as elevou a tais patamares de destaque. Nesse caso, enquadram-se nitidamente “Vazamento Bacia de Campos”, “Crise nos Ministérios”, “DRU (Desvinculamento da Receita da União)”, “Operação Policial Favela Rio”, “Lei da Ficha Limpa” e “PM na USP”. Outras, entretanto, apontam para coberturas que podem ser de rotina, como “Indicadores Econômicos”, “Índices Econômicos” e “Crédito, Endividamento e Inadimplência do Consumidor”, todas fortemente baseadas em dados estatísticos divulgados mensal e semanalmente por instituições classistas e de pesquisa.

Tabela 2: Avaliação de Qualidade do requisito Diversidade de Conteúdo pelo indicador Número de Matérias por Retranca tendo como parâmetro o Padrão de Posição Global (PPG) – Retranca por total de matérias*

Retranças	Número	%	Padrão de Posição Global (PPG)*
Vazamento Bacia de Campos	35	4,9%	Não Conforme
Crise Ministérios	32	4,48%	
DRU	26	3,64%	
Copa do Mundo 2014	23	3,22%	
Lei da Ficha Limpa	17	2,38%	
Índices Econômicos	17	2,38%	
Operação policial favela Rio	16	2,24%	
Indicadores Econômicos	16	2,24%	
PM na USP	14	1,96%	Conforme
Crédito, Endividamento e inadimplência do consumidor	14	1,96%	
Total desse recorte	210	29,4	

*Nenhuma retranca pode conter mais do que 2% do total de matérias produzidas no período de análise considerado.

Oito retrancas estão em desconformidade, das quais, duas têm uma frequência maior que o dobro do limite. Duas das dez retrancas, embora abaixo do limite, estão muito próximas. Um aspecto, em particular, deve ser analisado como possível atenuante para avaliação de qualidade realizada, o caráter conjuntural, presente em seis retrancas. Nesse sentido, tal caráter poderia ser visto como um fator justificável de elevação do número de matérias que ultrapassasse o padrão, em função do que receberia uma margem de tolerância maior para fins de avaliação de sua conformidade. Entretanto, pode-se refutar esse fator atenuante, através da exigência às organizações jornalísticas de filtrar melhor o conteúdo publicado sobre o tema em evidência, no sentido de evitar redundâncias ou especulações que costumam ocorrer nesse tipo de cobertura. De qualquer forma, uma coisa é certa: o caráter atenuante ou não do fator conjuntural precisa ser melhor analisado no desenvolvimento da metodologia de avaliação de qualidade em questão, especialmente, na definição dos seus padrões de referência.

É possível refinar a observação das retrancas por rubrica a partir do indicador “Padrão de Posição Global (PPR) – Retranca por Rubrica”. As tabelas 3, 4, 5, 6 a seguir fornecem dados sobre as rubricas Economia, Política, Educação e Saúde.

Em Economia, percebe-se que as 12 matérias listadas correspondem a 56,74% do conteúdo distribuído em 68 retrancas identificadas (192 matérias no total). Todas elas são fortemente baseadas na divulgação de dados estatísticos, à exceção de “Crise Econômica Mundial Brasil” e “DRU”. Quatro retrancas ultrapassam o limite, o que sugere desconformidade em relação ao aspecto “diversidade de conteúdos”.

Tabela 3: Avaliação de Qualidade do requisito Diversidade de Conteúdo pelo indicador Número de Matérias por Retranca em Economia, tendo como parâmetro o Padrão de Posição Global (PPG) – Retranca por Rubrica*

Retranças	Número	%	Padrão de Posição Global (PPR) – Retrança por Rubrica
Índices Econômicos	17	8,85%	Não Conforme
Indicadores Econômicos	16	8,33%	
Crédito, Endividamento e inadimplência	14	7,29%	
Crise econômica mundial Brasil	10	5,21%	
Produção Indústria	8	4,17%	Conforme
Crescimento da economia PIB	8	4,17%	
Taxa de juros	6	3,12%	
DRU	6	3,12%	
Emprego/Desemprego	6	3,12%	
Crédito e endividamento público	6	3,12%	
Indicador Posição Segmentos	6	3,12%	
Crise econômica mundial	6	3,12%	
Total	109	56.74%	

Em Política, foram identificadas 27 retrancas, das quais oito correspondem a 77,54% do total de matérias publicadas (98). Duas delas, “Crise Ministérios” e “DRU” representam quase a metade do total de matérias publicadas na rubrica. Em comum, os temas têm forte repercussão no Congresso Nacional e na imprensa. Em relação ao **PPR-Retrança por Rubrica**, cinco ultrapassam o limite. A primeira no ranking tem mais do que cinco vezes o limite e a segunda tem quase quatro vezes mais o limite.

Tabela 4: Avaliação de Qualidade do requisito Diversidade de Conteúdo pelo indicador Número de Matérias por Retrança em Política, tendo como parâmetro o Padrão de Posição Global (PPG) – Retrança por Rubrica*

Retranças	Número	%	Padrão de Posição Global (PPR) – Retrança por Rubrica
Crise Ministérios*	27	27,55	Não Conforme
DRU	19	19,39	
Lei da Ficha Limpa	7	7,14	
Novo Código Florestal	7	7,14	
Copa do Mundo 2014	6	6,12	Conforme
Orçamento 2012 Emendas Parlamentares	4	4,08	
Saúde Lula	3	3,06	
PAC 2	3	3,06	
Total	76	77,54	

*Outras 5 matérias de Crise Ministérios estão na rubrica Nacional

Na rubrica Educação, foram oito retrancas de um total de 27 matérias analisadas. Há que se destacar que o número de matérias publicadas na rubrica Educação é menor que o nú-

mero de matérias publicado em duas retrancas de Economia: “Indicadores Econômicos” e “Índices Econômicos” somam 33 matérias.

Tabela 5: Avaliação de Qualidade do requisito Diversidade de Conteúdo pelo indicador Número de Matérias por Retranca em Educação, tendo como parâmetro o Padrão de Posição Global (PPG) – Retranca por Rubrica*

Retrancas	Número	%	Padrão de Posição Global (PPR) – Retranca por Rubrica
Ensino Superior	7	25,93%	Não Conforme
PM na USP	5	18,52%	
Ensino Fundamental	5	18,52%	
Enade 2011	3	11,11%	
Ensino Técnico	3	11,11%	
Enem 2011	2	7,41%	
Estudos Ambientais	1	3,7%	Conforme
ICG 2010	1	3,7%	
Total	27	39,24%	

Em relação ao **PPR-Retranca por Rubrica** deste grupo, sua aplicação fica prejudicada pela baixa quantidade de matérias. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, é interessante analisar que a retranca “Educação Superior”, que abarca uma área temática bastante ampla, tem sete notícias ao passo que uma situação pontual, definida pela retranca “PM na USP”, tem igualmente sete ocorrências.

Em Saúde, de 26 rubricas identificadas, seis correspondem a 52,93% das matérias (51).

Tabela 6: Avaliação de Qualidade do requisito Diversidade de Conteúdo pelo indicador Número de Matérias por Retranca em Economia, tendo como parâmetro o Padrão de Posição Global (PPG) – Retranca por Rubrica*

Retrancas	Número	%	Padrão de Posição Relativa (PPR)
HIV	7	13,73%	Não Conforme
Saúde Pública DF	6	11,76%	
Programa Melhor em Casa	4	7,84%	
Câncer	4	7,84%	
Programa SOS Emergências	3	5,88%	
Ações Anvisa	3	5,88%	
Total	27	52,93	

Nessa rubrica, destaca-se a “Saúde Pública DF”, com seis matérias, tema fortemente local, e o lançamento de dois programas do governo federal, o Programa Melhor em Casa e o Programa SOS Emergências. A ocorrência de seis matérias sobre “Saúde Pública-DF sugere também uma desconformidade com o requisito “diversidade de conteúdo”, haja vista tratar-se de um tema extremamente local, enquanto programas do governo federal, com amplitude nacional, como o Programa Melhor em Casa, tem quatro matérias.

3.2 – Avaliação dos Indicadores “Políticas Públicas” e “Pluralidade”

Para esta análise, foram selecionados alguns temas fortemente relacionados a políticas públicas, seja no sentido de ações preparatórias para sua formulação, seja no sentido de ações propriamente ditas de políticas públicas em vigor. Foram selecionados quatro temas:

- Plano Nacional de Saneamento Básico
- Conferência Nacional da Juventude
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa de Aceleração do Crescimento

Exatamente da forma como foram grafados acima, procedeu-se a busca no site da AB a fim de identificar a ocorrência de matérias nas quais constassem aquelas expressões. Para ter um elemento de comparação, foi feita a mesma busca, no mesmo período, no Portal UOL. A mesma expressão foi inserida no mecanismo de busca e filtrou-se o resultado para o período de 01/01/2011 a 31/12/2011.

O primeiro e o segundo temas analisados são a 2ª Conferência Nacional da Juventude e a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Os dois eventos foram realizados em 2011, mobilizando inúmeros atores sociais ao longo do ano, discutindo e deliberando sobre temas considerados fundamentais em cada área.

Para a análise do tema Plano Nacional de Saneamento Básico, é preciso destacar que o Brasil vem, ao longo dos últimos anos, discutindo a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

O Plano Nacional de Saneamento Básico, quando aprovado em sua etapa final, constituirá o eixo central da política federal para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes da Lei 11.445/07. (Ministério das Cidades, 2012)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) constitui a principal política pública destinada ao desenvolvimento do país. O PAC, iniciado em 2009, gerencia investimentos em

seis eixos: Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para Todos.

Para a análise da cobertura desses temas, foram usados requisitos, indicadores e padrões informados no Quadro 2.

Quadro 2 – Requisitos, indicadores e padrões aplicados na análise dos requisitos “políticas públicas” e “pluralidade”

Requisito	Indicador	Padrão
Cobertura de Políticas Públicas	Número de matérias sobre o tema	Número Ideal – entre 12 e 36 matérias por ano;
		Número Relativo – maior número de matérias em comparação com outro veículo
Pluralidade na cobertura	Número de Fontes Ouvidas por Segmento	Igualdade de oportunidade para as fontes de diferentes segmentos: os segmentos Governo Federal, Governo Estadual, Sociedade Civil, Empresas, Órgãos de Controle Fiscalização não podem ter , na cobertura realizada, uma diferença maior do que 5 citações em relação a(s) outra (s)

Para o indicador **Número de Matérias Sobre os Temas**, o padrão **Número Ideal – quantidade de matérias que varia de 12 a 36 por ano** foi estabelecido aleatoriamente através da estimativa de um número ideal de matérias para cobrir, com um grau mínimo de adequação, o tema. Para o cálculo, foi considerado satisfatório duas matérias por mês, com uma margem de tolerância de 50 % para mais ou para menos. Nesse caso, o padrão aceita um número de matérias que varia de 12 a 36, em média, por ano.

Já o padrão **Número Relativo – número de matérias sobre o assunto em comparação com outro veículo** considera o número de matérias produzido por um veículo na comparação direta com o outro ou outros. Quem produzisse o número de matérias mais próximo do padrão estipulado teria uma melhor cobertura.

Para o indicador **Número de Fontes Ouvidas por Segmento**, o padrão **Igualdade de oportunidade para as fontes de diferentes segmentos** objetiva assegurar um equilíbrio mínimo entre os atores, por segmento, com voz ativa na cobertura. Por isso, para cada cobertura considerada, não poderia haver predominância de um segmento de fonte em relação a outro. Para acomodar possíveis diferenças no perfil das fontes (a depender da conjuntura, umas fontes podem ser mais ou menos acionadas que outras), aceitou-se uma variação de até cinco ocorrências para mais ou para menos, dentro do grupo de matérias da cobertura analisada.

Os resultados sobre a cobertura dos temas relativos às políticas públicas selecionadas estão

no Quadro 3, com base no indicador **Número Ideal**.

Quadro 3 – Indicador Número Ideal – quantidade de matérias de 12 a 36/ano

Políticas Públicas	Agência Brasil		UOL	
	No. de matérias	Conforme	No. de matérias	Conforme
Conferência Nacional da Juventude	2	² NÃO	0	² NÃO
Conferência Nacional de Segurança Alimentar	5	NÃO	1	NÃO
Plano Nacional de Saneamento Básico	8	NÃO	1	NÃO
Programa de Aceleração do Crescimento*	28/mes*	NÃO*	7/mês*	NÃO*

*Pela grande quantidade de matérias sobre o PAC na Agência Brasil, foi considerando apenas o mês de novembro de 2011.

Todos os indicadores apresentaram resultado insuficiente em relação ao padrão estipulado. Para o Programa de Aceleração do Crescimento, foi necessário fazer um ajuste no padrão utilizado. Ao contrário dos temas anteriores, o PAC apresentou uma forte presença no noticiário, com 357 ocorrências em 2011 na Agência Brasil. Para a avaliação da cobertura do PAC, foram adotadas duas medidas:

- tomou-se como referência apenas o mês de novembro/2011;
- pela amplitude do programa, o padrão de duas matérias por mês foi ampliado para quatro, com a mesma variação de 50% aplicada aos temas anteriores, resultando numa média estimada de duas a seis matérias por mês ou 24 a 48 matérias por ano.

Como o PAC foi avaliado apenas em relação a novembro, o padrão empregado no Quadro 3 é o da cota mensal, entre duas e seis matérias. Por isso, também nesse caso ambos os veículos apresentam resultados desconformes, pois a AB resultou em superexposição do tema, com 28 matérias no período, com média de quase uma matéria por dia. Tal discrepância compromete inclusive o requisito “diversidade”. O UOL, por sua vez, manteve-se um pouco acima, mas muito próximo da margem do considerado aceitável.

Quadro 4 – Indicador Número Relativo – mais matérias em relação ao concorren-

te

Políticas Públicas	Agência Brasil		UOL	
	Matérias	Ranking	Matérias	Ranking
Conferência Nacional da Juventude	2	1º.	0	2º.
Conferência Nacional de Segurança Alimentar	5	1º.	1	2º.
Plano Nacional de Saneamento Básico	8	1º.	1	2º.
Programa de Aceleração do Crescimento	28*	2º.	7*	1º.

*Quantidade de matérias produzida no mês de novembro/2011.

Na comparação direta pelo **Indicador Número Relativo**, a Agência Brasil apresentou um desempenho melhor do que o UOL em relação a três temas. Apenas na avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento o UOL apresentou melhor desempenho, pois, o número de matérias menor é o que mais se aproximou da meta de até seis matérias/mês.

A análise do requisito pluralidade pode ser visualizada no Quadro 5.

Quadro 5 – Avaliação do requisito Pluralidade a partir do indicador Número de fontes por segmento na Política Pública

Política Pública		Agência Brasil		UOL	
Conferência Nacional da Juventude		No. de fontes	Plural	No. de fontes	Plural
			?		?
	Governo Federal	1	SIM	--	Sem matérias para avaliação
	Governo Estadual	--			
	Câmara/Senado	--			
	Empresas	--			
	Órgãos autônomos	--			
	Sociedade Civil	1			
	Outros	--			
Políticas Públicas		Agência Brasil		UOL	
Conferência Nacional de Segurança Alimentar		No. de fontes	Plural	No. de fontes	Plural
			?		?
	Governo Federal	3	SIM	1	NÃO
	Governo Estadual	--			
	Câmara/Senado	--			
	Empresas	--			
	Órgãos autônomos	4			
	Sociedade Civil	2			
	Outros	1			
Política Pública		Agência Brasil		UOL	
Plano Nacional de Saneamento Básico		No. de fontes	Plural	No. de fontes	Plural
			?		?
	Governo Federal	9	NÃO	1	NÃO
	Governo Estadual	--			
	Câmara/Senado	--			
	Empresas	--			
	Órgãos autônomos	--			
	Sociedade Civil	3			
	Outros				
Políticas Públicas		Agência Brasil		UOL	
Programa de Aceleração do Crescimento		No. de fontes	Plural	No. de fontes	Plural
			?		?
	Governo Federal	16	NÃO	3	SIM
	Governo Estadual	2			
	Câmara/Senado	1			
	Empresas	5			
	Órgãos autônomos	5			
	Sociedade Civil	5			
	Outros				

Para a avaliação do requisito “pluralidade”, a partir do indicador Número de Fontes Ouvidas por Segmento, pode-se afirmar que a cobertura da AB alcançou o padrão de qualidade estipulado em duas temáticas: Conferência Nacional da Juventude e Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Em outros dois assuntos, Plano Nacional de Saneamento Básico e Programa de Aceleração do Crescimento, a AB não alcançou a pluralidade, pois a distribuição das fontes por segmentos na cobertura esteve acima da margem de tolerância aceitável. Já a cobertura do UOL só se mostrou em conformidade com o padrão de pluralidade na cobertura do PAC.

4 - Considerações finais

Os resultados apresentados na avaliação dos indicadores “diversidade de conteúdo”, “pluralidade” e “cobertura de políticas públicas” na Agência Brasil procuram oferecer duas contribuições: 1) um diagnóstico inicial, simples, mas preciso em relação ao desempenho da AB a partir dos indicadores empregados; 2) a metodologia usada, que oferece parâmetros claros de avaliação, a fim de gerar uma avaliação de desempenho mais confiável sobre a qualidade do trabalho. Tanto o diagnóstico quanto a metodologia, entretanto, não são definitivos, pois o objetivo do trabalho é justamente compartilhar seus resultados a fim de buscar aprimoramentos necessários ao seu desenvolvimento, que segue sendo realizado.

Em relação ao desempenho da AB, foram demonstradas com alguma clareza as deficiências existentes em relação à diversidade (concentração excessiva em alguns temas), à pluralidade (fontes do governo federal predominam) e à cobertura de políticas públicas (quase inexistente em alguns casos e superabundante em outro). Em relação à metodologia de avaliação de qualidade, é preciso ampliar os requisitos e indicadores, a fim de que possam cobrir com maior amplitude os aspectos merecedores de avaliação. Em relação aos padrões, o desafio fundamental é calibrar os valores de referência empregados. Os padrões são importantes para orientar a equipe de redação a equalizar sua atenção em relação aos diferentes assuntos. Por exemplo, se o controle de qualidade aponta poucas matérias em relação ao padrão estipulado sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico, a equipe deveria se esforçar para incluir o tema em suas pautas, ampliando a cobertura. Se o controle de qualidade mostra o predomínio de certo grupo de fontes, a equipe poderia buscar alternativas para ampliar os pontos de vista oferecidos.

Outro aspecto que merece atenção no desenvolvimento da ferramenta é o recorte temporal da avaliação. O objetivo da metodologia em teste é permitir a avaliação de períodos curtos (uma edição, por exemplo) e ou de séries históricas. Para isso, dois são os aspectos que devem constar em novos estudos: 1) a delimitação dos critérios para demarcação dos períodos de avaliação, considerando as especificidades da cobertura de rotina e da cobertura de assuntos especiais; 2) a consideração das especificidades dos assuntos, como os de ênfase conjuntural (fortemente factuais) ou os temáticos (nos quais o factual não é o fator de destaque) na delimitação dos períodos. Isso ficou muito claro tanto na avaliação do requisito diversidade quando da cobertura de assuntos conjunturais, que tendem a dominar a pauta, quanto na avaliação das políticas públicas, que requerem um período maior de avaliação para a formação de um juízo.

A avaliação de qualidade deve ser vista como um recurso fundamental para a certificação de credibilidade das organizações jornalísticas. Empresas que têm um histórico de credibilidade que pesa contra si, como o caso da Agência Brasil, podem ter na implantação de uma política de avaliação de qualidade baseada em dados, como a aqui sugerida, um fator importante para a reversão desse quadro. Um passo nessa direção, contudo, requer um processo de inovação na gestão editorial da agência, a fim de criar mecanismos inovadores que incorporem ferramentas de avaliação de qualidade associadas à revisão dos processos de produção jornalística.

Referências Bibliográficas

- Agência Brasil reconhece erro em notícia sobre mortes no Pinheirinho. Agência Brasil, Brasília/DF, 06 fev 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-02-06/agencia-brasil-reconhece-erro-em-noticia-sobre-mortes-no-pinheirinho>>. Acessado em 18 fev. 2013
- ANDI. A infância na mídia. Ano 10, número 14. Brasília: ANDI-Instituto Ayrton Senna, 2005. Disponível em: <<http://www.andi.org.br> Acesso em 31 mar 2009>.
- BARBARÁ, Saulo (Org.). Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. 2. ed. Rio de Janeiro: Quality mark, 2006. p. 89-140.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BUCCI, Eugênio. Em Brasília, 19 horas: a Guerra entre a Chapa-branca e o Direito à Informação no Primeiro Governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CANELA, Guilherme. "Monitoramento de mídia e estratégias de cooperação com as personagens da notícia: a importância do diálogo informado com a imprensa nos processos de desenvolvimento". Trabalho apresentado no V Congresso Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Jornalismo, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Aracaju-SE: SBPJor, 2007.
- CERQUEIRA, Luiz Augusto Egypto de. Qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores. Brasília, Unesco: Debates CI Unesco, nº 6, novembro de 2010
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.411p.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros. Brasília, Unesco: Debates CI Unesco, nº novembro de 2010
- GUERRA, Josenildo Luiz. "Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo: possibilidades e diretrizes". In. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação I E-compós, Brasília, v.13, n.3, set./dez. 2010. P. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/470/457>
- GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- GUERRA, Josenildo Luiz. Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo: uma abordagem inicial. Brasília, Unesco: Debates CI Unesco, nº 5, novembro de 2010.

International Center for Media and the Public Agenda (ICMPA). Openness & Accountability: A Study of Transparency in Global Media Outlets. Jun 2007. Disponível em <<http://www.icmpa.umd.edu/pages/studies/transparency/main.html>> Acesso em 03 ago. 2012.

JARDIM, Lauro. "Censura na Agência Brasil". Radar On Line. Veja, São Paulo, 11 set 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/governo/agencia-brasil-admite-pressao-do-mec-para-mudar-reportagem-veja-o-desdobramento-do-caso/>>. Acessado em 18/02/2013

JORNET, Carlos. Gestión periodística. Herramientas para lograr um periodismo efectivo y de calidad. 1ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

MENDES, Oswaldo Ferreira. Sistemas de gestão da qualidade: foco nos requisitos da ISO 9000: 2008. IN: MIRANDA, Rafael de Carvalho, DIAMANTINO, Simone Rennó e SOUZA, Luiz Gonzaga Mariano de. Análise dos indicadores de qualidade de duas empresas do setor automobilístico. In.: Revista P&D em Engenharia de Produção V. 07 N. 01 (2009) p. 64-75. Disponível eletronicamente em www.revista-ped.unifei.edu.br Acesso em 29 nov 2009.

MOREIRA, Daniel Augusto e QUEIROZ, Ana Carolina (org.). Inovação organizacional e tecnológica. São Paulo: Thomson Learning, 2007.(p. 1-22)

MOREIRA, Daniel Augusto e QUEIROZ, Ana Carolina. "Inovação: conceitos fundamentais". In.: MOREIRA,

NORRIS, Pippa, ODUGBEMI, Sina. "The Roles of the News Media in the Governance Agenda: Watch-dogs, Agenda-Setters, and Gate-Keepers". In.: Harvard University- World Bank workshop on "The Role of the News Media in the Governance Agenda: Watch-dog, Agenda-setter, and Gate-keeper." 29-31st May 2008. Disponível em <http://issuu.com/inter-news/docs/mediamatters?mode=embed&documentId=080307235258-86879280152d4cd485010c7d3a09c955&layout=grey> Acesso em 25 mar 2009.

PINTO, Manuel, MARINHO, Sandra. "A qualidade em Jornalismo: problematização e operacionalização do conceito". Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizado na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, em 10 e 11 de Abril de 2003.

Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab. Ministério das Cidades, Brasília, s/d. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=302:plansab&catid=84&Itemid=113 .> Acessado em 21/06/2012.

ROTHBERG, Danilo. Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos Indicadores para o Desenvolvimento da Mídia da Unesco. Brasília, Unesco: Debates CI Unesco, nº 4, novembro de 2010

SLACK, Nigel, CHAMBERS, Stuart e JOHNSTON, Robert. Administração da Produção. 2 ed. Tradução de Maria Teresa Corrêa de Oliveira e Fábio Alher. Revisão Técnica de Henrique Luiz Corrêa. São Paulo: Atlas, 2007. 747 p. 53

SORDI, José Osvaldo de, MEIRELES, Manuel, GRIJO, Rogério Nahas. "Gestão da qualidade da informação no contexto das organizações: percepções a partir do experimento de análise da confiabilidade dos jornais eletrônicos". In.: *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, no. 2, p. 168-195, maio/ago. 2008.

SUÁREZ, Adriana Amado. *Periodismo de calidad: debates y desafíos*. Buenos Aires: La Crujia/Fopea, 2007.

Fontes documentais

ABNT NBR ISO 9000:2005. *Sistemas de Gestão da Qualidade – Fundamentos e vocabulário*.

ABNT NBR ISO 9001:2008. *Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos*.

Brasil. Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008. *Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4º do Decreto nº 6.246, 24 de outubro de 2007*.

Brasil. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. *Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências*.